

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.061, DE 2003 (MENSAGEM Nº 88/2003)

Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Dep. JEFFERSON CAMPOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe tem por objetivo aprovar o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.

Dispõe o parágrafo único do Projeto de Decreto Legislativo sob exame que os atos que possam resultar na revisão do referido Ajuste Complementar, bem como quaisquer outros ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional.

O referido Ajuste Complementar tem como objetivo implementar o Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte, apoiando a elaboração do planejamento estratégico nas áreas de manejo de meio ambiente e recursos naturais, organização e monitoramento de unidades de conservação da Bacia do Rio Yaque do Norte. Nesse sentido, o Ajuste Complementar estabelece as obrigações que cabem a cada uma das Partes Contratantes, e a duração do mesmo pelo prazo de trinta meses, a partir da aprovação do Ajuste nos dois países, conforme a legislação interna de cada um, sendo executora das ações decorrentes do Ajuste, quanto ao Brasil, o Instituto Florestal da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, em sua Exposição de Motivos, ressalta que a assinatura do aludido Ajuste é fruto da disposição de ambos os Governos em desenvolver a cooperação técnica na área de recursos hídricos, fomentando a cooperação entre instituições dos setores público e privado e organizações não-governamentais dos dois países.

O Ajuste Complementar, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 88/2003 do Poder Executivo, foi distribuído inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que concluiu pela aprovação da aludida Mensagem, na forma do Projeto de Decreto Legislativo ora examinado.

O Projeto de Decreto Legislativo aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional foi distribuído, simultaneamente, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para análise do mérito, e a esta Comissão, para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em razão da sua tramitação em regime de urgência. Até o presente momento, apenas a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou o projeto, na forma do parecer apresentado pelo Relator.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, IV, “a”, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.061, de 2003, assim como do Ajuste Complementar por ele aprovado.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência exclusiva ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos tais atos ao referendo do Congresso Nacional.

Por outro lado, o art. 49, I, da mesma Carta Política estabelece que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Assim sendo, está na competência do Poder Executivo assinar o presente Ajuste Complementar a um Acordo anteriormente firmado entre Brasil e República Dominicana, bem como compete ao Congresso Nacional sobre ele decidir em caráter definitivo, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada.

No tocante à constitucionalidade, tanto o projeto de decreto legislativo em exame quanto o Ajuste Complementar por ele aprovado não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna, bem como obedecem aos requisitos constitucionais formais.

No que tange à juridicidade, o projeto de decreto legislativo em exame e o Ajuste Complementar por ele aprovado estão em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer restrição quanto ao texto apresentado tanto no Projeto de Decreto Legislativo nº 1.061, de 2003, quanto no texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico firmado entre o Brasil e a República Dominicana.

Isso posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.061, de 2003, bem como do Ajuste Complementar por ele aprovado.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JEFFERSON CAMPOS
Relator